



ISSN: 2595-5713

Vol. 06 | N°. 12 | Ano 2023

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E SISTEMA ELEITORAL NOS PALOP'S

POLITICAL REPRESENTATION AND ELECTORAL SYSTEM IN THE PALOP'S

RESUMO: Este artigo tem como objetivo expor algumas reflexões sobre o modo como os representantes políticos são escolhidos nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Para isso, o trabalho examinou e comparou os sistemas eleitorais dos PALOP'S, seus métodos de votação, benefícios e limitações. Assim, o trabalho se dividirá em três partes: revisão histórica dos PALOP'S, o processo da construção da democracia nesses países, comparações das diferentes formas de sistemas políticos e eleições, bem como as formas como acontecem as seleções dos representantes dos cidadãos nesses países. A terceira e última parte apresentará as conclusões e bibliografia utilizada no trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Representação Política; Sistema Eleitoral; PALOP'S.

ABSTRACT: The aim of this article is to offer some reflections on the way political representatives are chosen in Portuguese-speaking African countries. To this end, the paper examines and compares the electoral systems of the PALOPs, their voting methods, benefits and limitations. The work will therefore be divided into three parts: a historical review of the PALOPs, the process of building democracy in these countries, comparisons of the different forms of political systems and elections, as well as the ways in which the selection of citizen representatives takes place in these countries. The third and final part will present the conclusions and bibliography used in the work.

KEY WORDS: Political Representation; Electoral System; PALOP'S.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

Reginaldo Ngola dos S. Brinco

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E SISTEMA ELEITORAL NOS PALOP's

Reginaldo Ngola dos Santos Brinco ¹

Introdução

A produção acadêmica oferece uma ampla variedade de conhecimentos relacionados à representação política e ao sistema eleitoral. No entanto, pelo fato desses elementos estarem diretamente ligados à democracia (representação política e o sistema eleitoral), eles se tornam assuntos muito complexos de serem abordados. A complexidade, por um lado, surge pelo fato de a democracia ser um assunto cuja discussão é bastante ambígua na literatura e, por outro lado, devido à crescente onda de autores que se propõem a discutir o assunto nos últimos tempos, tendo permitido dar uma extensão maior ao tema a cada dia que passa, bem como permite abrir novos paradigmas sobre o assunto.

Este artigo tem como objetivo apresentar o estado atual da discussão sobre representação política e o sistema eleitoral. No entanto, para delimitá-lo e demonstrar de forma prática, será analisado dentro dos PALOP's, designação dada aos países africanos de língua oficial portuguesa, constituídos por cinco países (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé). Por outro lado, não podemos discutir questões de democracia nos PALOP's sem antes fazer um breve retrospecto dos acontecimentos históricos que marcaram o percurso destes países em questão na busca pela liberdade dos cidadãos.

Assim, é importante situar os leitores, pois desde as sociedades mais tradicionais, as pessoas sempre se organizaram do ponto de vista político, econômico e até mesmo cultural, mesmo que essas manifestações de organização social tradicionais fossem totalmente diferentes das atuais. Desta forma, podemos notar que, antes de estabelecerem contato com os povos colonizadores, os territórios onde hoje se encontram os países africanos eram constituídos por reinos, atualmente designados por reinos pré-coloniais, que exerciam suas atividades em todos os domínios, da mesma forma como ocorre hoje nas sociedades modernas. Entre os reinos de referência que compunham o atual território da África, destacam-se os de Gana, Mali, Núbia, Oyo, Songai, Congo, entre outros.

Na estrutura política desses reinos, destacava-se a figura do monarca², que representava em si a autoridade máxima do ponto de vista político, econômico e até mesmo religioso, como ocorria

¹ Reginaldo Ngola dos Santos Brinco é Licenciado em ensino de História pelo ISCED-Huíla, é Mestre em Relações Internacionais pela Universidade da Beira Interior- Portugal e doutorando em Ciência Política - especialidade de Relações Internacionais pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. reginaldodossantosbrinco@gmail.com

² É a designação de um Rei que exerce a função de chefe de Estado sem limite de poder ou tempo. Normalmente não há eleição, o poder decorre na linhagem familiar.

em muitos casos nos reinos pré-coloniais. O monarca ou rei era uma figura singular dentro de um reino ou monarquia, representando em todos os aspectos o povo de sua área de jurisdição. No entanto, a ascensão a esse cargo não estava ao alcance de qualquer cidadão do reino, pois não era feita por meio de eleições ou indicações. Era reservada a uma família restrita, considerada como a família real, por meio da linhagem familiar, em que o filho mais velho adquiria o título de príncipe durante o reinado de seu pai, podendo, assim, tornar-se o futuro rei após o falecimento do pai.

Além disso, essa sucessão também poderia ocorrer por meio de uma linhagem matriarcal, em que o poder poderia ser transferido do tio para o sobrinho, como ocorria na região atual da África austral, onde encontramos países como Angola, República Democrática do Congo e Zimbabwe, que eram territórios que abrigavam um dos reinos africanos mais destacados nessa região, conhecido como o Reino do Congo. No entanto, a família real, que estava no trono, só perderia esse privilégio de sucessão familiar caso o rei em exercício de funções cometesse crimes considerados traição ao seu reino, o que levaria à transição do poder de uma família para outra.

Mais tarde, com o fenômeno da colonização que ocorreu no mundo, e em particular na África, os povos colonizados deixaram de praticar seus modelos tradicionais de organização social e passaram a adotar modelos de organização social mais modernos, inspirados nas potências colonizadoras, que já haviam adotado esse sistema muito antes. Desta forma, é possível afirmar que os cinco países africanos de língua oficial portuguesa têm uma história de colonização em comum, pois todos eles foram colônias portuguesas durante algum tempo. No entanto, mesmo após várias lutas pela independência, esses países se beneficiaram do golpe de Estado ocorrido em 1974 em Portugal, com o objetivo de derrubar o regime de Salazar, o que resultou na independência desses países africanos em 1975.

Além disso, no que se refere à democratização, verifica-se que os países africanos, em particular os PALOP's, estão enquadrados na categoria de países que fazem parte da chamada terceira onda de democratização, que se refere aos países que conquistaram a independência da colonização na segunda metade do século XX (NÓBREGA, 2010). É importante ressaltar que a democracia no continente africano só passou a ter expressão após o período de colonização europeia, a partir de 1960, quando ocorreram as primeiras independências africanas. No entanto, é quase impossível discutir questões relacionadas à democracia nos PALOP's no período anterior a 1980 e até mesmo a 1991, ano que marcou o fim da Guerra Fria no mundo, uma vez que a maioria dos Estados africanos não estava sob regime democrático. Somente após essa fase é que começaram a surgir sistemas multipartidários e a realização de eleições na maioria dos países africanos de língua oficial portuguesa (MATSIMBE, 2018, p. 121).

Como se sabe, o período de descolonização em África coincidiu com a Guerra Fria, que ocorreu de 1945 a 1989/1991. Nesse período, o mundo estava dividido em dois blocos antagônicos:

o capitalista, liderado pelos EUA, e o socialista, com a URSS como líder. Ambos os blocos buscavam expandir sua influência no mundo, inclusive na África. Os EUA promoviam uma agenda que incluía a democracia, ao contrário dos socialistas (DJU, 2017). Nesse sentido, a África foi disputada por essas duas potências dominantes durante a Guerra Fria, levando os países africanos, até antes de 1991, a estarem divididos em dois tipos de regimes políticos, sendo um orientado para a democracia e outro não.

A Guerra Fria teve impactos significativos nos países dos PALOP's, especialmente em territórios como Angola e Moçambique, que foram altamente disputados pelas superpotências, o que contribuiu para o atraso na implementação dos processos de democratização. Somente mais tarde, com o fim do socialismo e a nova ordem mundial pós-Guerra Fria, os países africanos de língua oficial portuguesa iniciaram de fato o processo de democratização, com a implementação do multipartidarismo e a realização de eleições (QUEIROZ, 2017).

Nos últimos tempos, a democracia se espalhou rapidamente pelo mundo, levando muitas sociedades a viverem sob regimes democráticos. No entanto, também há uma crise democrática, com instituições estatais sendo alvo de desconfiança e críticas como nunca antes (FERNANDES, 2016, p. 21). Por essa razão, hoje em dia, uma parte significativa dos cidadãos defende a ideia de serem governados por meio de representação, e muitos países afirmam ser governos representativos, onde a representação está intimamente ligada aos princípios de justiça e liberdade (MEZZAROBBA; MOREIRA, 2013).

A democracia, em sua origem, remonta à Grécia antiga, especificamente em Atenas. Nesse tipo de democracia, não havia necessidade de representação, pois os cidadãos tinham a oportunidade de expressar diretamente suas ideias em todos os assuntos relacionados à polis (cidades). Esse modelo ficou conhecido como democracia direta, onde o cidadão participava diretamente dos assuntos de sua comunidade. Na democracia direta, o cidadão representa a si mesmo, então podemos dizer que a democracia semidireta é aquela que combina a democracia direta e a indireta. Já a democracia representativa é o nome que se dá à democracia atual, onde o poder político é exercido pelo cidadão e também por meio de outras pessoas eleitas, como se pode ver na citação a seguir:

A participação política segundo Gianfranco Pasquino, é um conjunto de comportamentos que aspiram a influenciar de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares, bem como a própria escolha daqueles, com o propósito de manter ou de modificar a estrutura do sistema de interesses dominantes, que se exprime em comportamento, ou participação visível (PASQUINO, 2010, apud SACRAMENTO, 2014, p. 15).

Assim, o termo representação política descreve a maneira como uma sociedade específica está representada politicamente. Atualmente, existem vários tipos ou modelos de democracia representativa. No entanto, em uma perspectiva mais ocidental, mais praticada na África, podemos distinguir três formas de representação política: Direta, Semidireta e Representativa (XAVIER, 2018). Conforme Fernandes (2016), existem vários elementos necessários para que um Estado seja considerado democrático, incluindo a existência de partidos políticos, um parlamento e eleições regulares.

Portanto, a maioria dos PALOP's reconhece hoje que a democracia é a melhor forma de organização do Estado. Como já mencionado neste trabalho, os países africanos de língua oficial portuguesa fazem parte da chamada terceira onda da democracia, na qual países começaram a emergir do período da colonização. Essa terceira onda da democracia inclui países cujo modelo democrático é inspirado em suas potências colonizadoras. Nesse sentido, os países africanos, especialmente aqueles que têm o português como língua oficial, optaram por uma democracia representativa, semelhante ao que ocorre nos países ocidentais, com destaque para Portugal.

No que diz respeito aos PALOP's, Fernandes (2016) afirma que: 'Além do multipartidarismo, um conjunto de outros direitos políticos e liberdades civis passou a fazer parte da Constituição dos PALOP no pós-Guerra Fria. Após essas mudanças, em todos os cinco países, ocorreram as 'eleições funcionais' (sufrágio universal e direto para o pleito presidencial), consideradas por autores como Schneider e Schmitter (2004) como um marco para o início da transição democrática. Essas eleições ocorreram em 1991 em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe; em 1992 em Angola e em 1994 na Guiné-Bissau e em Moçambique.

Dessa forma, já na década de 1980 e 1990, todos os PALOP's passaram a implementar um sistema multipartidário, realizando eleições periódicas tanto para o Poder Executivo quanto para o Legislativo. Essas mudanças ocorreram gradualmente em cada país e continuam até os dias atuais, demonstrando que alguns parâmetros democráticos mínimos são adotados por esses países, mesmo aqueles considerados mais autocráticos, como Angola e Guiné-Bissau (QUEIROZ, 2017, p. 14). Além do idioma, os países africanos de língua oficial portuguesa compartilham uma história comum de colonização. Por esse motivo, talvez tenha sido fundamental que eles escolhessem o mesmo sistema eleitoral e de governo, o que faz com que os titulares do poder executivo e legislativo sejam eleitos de maneira semelhante, embora com pequenas diferenças em dois dos cinco países (STIFTUNG, 2001, p. S/nº).

No entanto, apesar das muitas semelhanças entre esses cinco países, Araújo destaca que o processo de transição do socialismo democrático para um Estado democrático de direito ocorreu de maneira diferente. Em Cabo Verde e Guiné-Bissau, por exemplo, houve uma transição pacífica do poder de uma comissão para entidades democraticamente eleitas, sem conflitos. Em contraste,

Angola e Moçambique enfrentaram um processo de guerra que envolveu os principais movimentos de luta contra a colonização europeia (ARAÚJO, 2010). Todos esses países, pertencentes aos PALOP's, têm uma assembleia nacional, com diferenças apenas no número de deputados que compõem suas respectivas assembleias, bem como em algumas regras relacionadas aos métodos de escolha de seus representantes políticos.

A representação política nesses Estados é realizada por meio do sistema eleitoral, que pode ser definido como um processo no qual os eleitores expressam seus sentimentos por meio do voto. No entanto, a principal diferença que chama a atenção é a forma como esses representantes dos cidadãos são eleitos, o que muitas vezes resulta em diferentes níveis de sucesso para alguns deles. As eleições são fundamentais para a existência da democracia, pois é por meio delas que os sentimentos dos eleitores se transformam em assentos parlamentares, que representam os cidadãos (BECKER; RAVELOSON, 2011).

Existem diversos sistemas eleitorais no mundo, e a escolha de um país geralmente está relacionada ao contexto político de sua sociedade (BESSA, 2014, p. 32). Neste trabalho, destacaremos dois tipos de sistema eleitoral: o majoritário e o proporcional, pois esses sistemas têm sido comuns na história da democracia. De acordo com Fernandes (2016), no sistema eleitoral majoritário, o concorrente que obtiver a maioria dos votos é eleito. Isso geralmente leva à formação de sistemas bipartidários, pois tende a eliminar grupos ou partidos com menos votos. Normalmente, esse sistema envolve uma única rodada de votação, embora possa haver um segundo turno se nenhum candidato ou partido obtiver a maioria necessária (BESSA, 2014).

Por outro lado, há o sistema eleitoral proporcional, que busca representar numericamente a vontade manifestada pelos eleitores. O objetivo é garantir a representação das minorias de acordo com os votos obtidos. Esse sistema envolve listas de candidatos apresentadas pelos partidos (BESSA, 2014, p. 35). Inicialmente, nas primeiras eleições, todos os países dos PALOP's utilizaram o sistema majoritário. No entanto, posteriormente, houve alterações nas constituições de alguns países, levando a mudanças nos sistemas eleitorais. Por exemplo, a República de Angola mudou do sistema majoritário usado em 1992, nas eleições gerais, para o sistema proporcional, devido a alterações na constituição em 2010.

O sistema eleitoral cabo-verdiano, por sua vez, é proporcional, mas com pequenas diferenças em relação a outros países, como São Tomé e Príncipe. No entanto, os resultados são muito diferentes. Em Cabo Verde, o sistema proporcional resultou em um sistema bipartidário, com apenas dois partidos dominando o cenário eleitoral. Em contraste, em Angola, o sistema proporcional levou a um sistema multipartidário, com vários partidos em competição.

Nesse contexto, é possível observar que os representantes políticos em Cabo Verde são eleitos da seguinte maneira: 'No âmbito nacional, os eleitores continuam elegendo deputados para

a Assembleia Nacional (AN) e, adicionalmente, passam a eleger diretamente o chefe de Estado, o Presidente da República (antes, eleito indiretamente pela AN). Dessa forma, qualquer cidadão pode concorrer individualmente ao cargo de Presidente da República, podendo contar com o apoio de partidos políticos. Quanto ao cargo de Primeiro-Ministro, continua sendo eleito indiretamente pela AN. Essa combinação caracteriza o sistema semipresidencialista de Cabo Verde. No âmbito local, os executivos colegiados (Câmaras Municipais) e as casas legislativas (Assembleias Municipais) são eleitos por meio de eleições diretas e simultâneas, mas a defesa das eleições nacionais ocorre nas chamadas autarquias locais, que correspondem às cidades e vilas rurais. A democracia pluripartidária em Cabo Verde nasceu com grande capilaridade, fortalecendo a presença dos partidos nas unidades descentralizadas do Estado' (SPECK; GONÇALVES, 2019, p. 52).

De forma diferente, pode-se observar, de acordo com o artigo 143º da Constituição angolana, que os representantes políticos em Angola são escolhidos da seguinte forma: 'Os deputados são eleitos segundo o sistema de representação proporcional, para um mandato de cinco anos'.³ Além disso, os candidatos à Assembleia da República figuram nas listas dos partidos políticos, que também apresentam candidatos para presidente da República. A Constituição também estipula que a lista de deputados apresentada pelos partidos políticos deve refletir os círculos provinciais e nacionais.

Segundo Dju (2017), embora a Guiné-Bissau tenha um sistema governamental semipresidencialista, as diretrizes para chegar ao parlamento são semelhantes às da República de Angola. Os candidatos à Assembleia da República devem obrigatoriamente estar filiados a um partido político e concorrer a partir de um círculo provincial ou nacional. O partido com o maior número de assentos parlamentares tem o direito de liderar o governo e indicar o possível primeiro-ministro. Por outro lado, o mesmo autor destaca que a configuração é diferente quando se trata da eleição do Presidente da República, que não é obrigado a estar filiado a um partido político e pode ser um candidato independente ou com filiação política. Na Guiné-Bissau, embora haja multipartidarismo, o sistema eleitoral tende a ser fragmentado e instável, resultando às vezes em golpes de Estado e conseqüente instabilidade política no país.

Em Moçambique, observa-se um multipartidarismo que deu origem a um bipartidarismo, com a FRELIMO e a RENAMO dominando o cenário político, apesar da presença de diversos movimentos políticos. No entanto, frequentemente, surgem alegações de fraudes eleitorais por parte da oposição. O país adota um sistema político presidencialista, onde o Presidente da República, além de ser o chefe de Estado, é automaticamente o chefe do governo. No entanto,

³ Constituição da República de Angola, 2010, p. 54.

ainda existe a figura do Primeiro-Ministro, que possui funções delegadas. A eleição para Presidente da República e parlamentares está restrita aos cidadãos que fazem parte das listas dos partidos políticos.

Já em São Tomé e Príncipe, há um multipartidarismo, mas também se observam desafios nas instituições públicas e privadas, que às vezes levam o país a crises e mudanças frequentes no governo. Apesar do multipartidarismo, há uma tendência dominada por dois movimentos políticos, o PAICV e o MpD. A eleição para Presidente da República e deputados ocorre de forma diferente. A candidatura à presidência do país ocorre em duas voltas, e os candidatos podem se apresentar individualmente.

Speck e Gonçalves (2019) destacam que a forma como ocorrem as eleições e a escolha de representantes políticos nos PALOP's resulta em cenários diferentes, onde em Angola, apesar do sistema multipartidário, há um domínio do Movimento Popular de Libertação de Angola-MPLA, frequentemente acompanhado de tensões e contestações nos resultados eleitorais. Isso gera insatisfação entre os cidadãos que não se veem representados diretamente, como é o caso de Angola e Moçambique, onde os representantes políticos são eleitos simultaneamente em uma única lista, abrangendo o partido que governará, o candidato à presidência e os deputados (DJU, 2017). Essa forma de eleição frequentemente leva a contestações, especialmente por parte dos partidos de oposição em Angola.

Por outro lado, o autor ressalta que, embora os países de língua oficial portuguesa tenham muitas semelhanças, as diferenças que se observam podem ser explicadas pela forma como os critérios de eleição para a escolha dos representantes políticos são aplicados de maneira única em cada país. Enquanto alguns países adotam sistemas que incentivam ou impõem a formação de partidos políticos, outros reconhecem apenas candidaturas individuais. Essa diversidade é fortemente influenciada pelo sistema eleitoral.⁴

Speck e Gonçalves (2019, p. 45) argumentam que essas práticas muitas vezes contrariam as previsões da Ciência Política. Em resumo, a escolha de representantes políticos nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa resulta em diferentes realidades, desde sistemas democráticos até autocráticos, e essa variação está ligada à forma como os critérios eleitorais são aplicados em cada nação. Ainda assim, o professor Araújo expressa a opinião de que, embora esses países tenham muitos pontos em comum, as diferenças que se observam nos PALOP's podem ser explicadas pelo seguinte fato:

A nível dos Cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa podemos constatar que esta via foi também aqui seguida. A República de Cabo Verde, país que possui uma identidade cultural e nacional bem determinada, um verdadeiro

⁴ Concepção de Sistema Eleitoral, 2005.

“Estado-Nação”, privilegiou, quer no período pós-independente quer depois das eleições democráticas pluralistas, um regime político com uma maior proeminência num órgão não unipessoal - o Governo, daí o seu sistema de governo ser essencialmente do tipo parlamentar. Angola e Moçambique representam o oposto e, como consequência das guerras civis e de intervenções militares externas e dos variados problemas internos que conheceram, privilegiaram sistemas de governo em que os Presidentes da República concentram fortes poderes de intervenção política geral. São Tomé e Príncipe e a Guiné Bissau (à semelhança de Angola e Moçambique) tiveram sistemas políticos marcadamente “presidencialistas” antes das eleições democráticas e na actualidade, apesar de alguma atenuação do poder presidencial é neste órgão de soberania que muitos dos poderes de intervenção política estão confiados (ARAÚJO, 2010, 64-65).

Por outro lado, de acordo com Queiroz (2017), alega-se que as diferenças observadas no processo de democratização desses países permitiram que até 2015, o Freedom House classificasse Cabo Verde e São Tomé e Príncipe como países considerados livres, enquanto os três outros países desta organização foram classificados como não livres. No entanto, é importante reiterar que não existe um modelo de democracia perfeita, uma vez que os modelos são adaptados de acordo com a realidade política de cada país. No entanto, quanto mais transparentes e abertas forem as regras democráticas, melhores resultados podem ser alcançados pelos PALOP’s.

Nesse contexto, ao analisar os resultados obtidos até agora nos PALOP’s, é evidente que Cabo Verde e São Tomé e Príncipe se destacam. Esses países têm maior confiança nas instituições públicas por parte dos cidadãos e uma maior abertura do Estado. Por outro lado, José Carlos Venâncio destaca que os aspectos pouco exitosos observados em alguns dos PALOP’s tendem a enfraquecer esses Estados em termos de Estado de direito, eficácia do Estado, economia frágil e, conseqüentemente, fragilidade na sociedade (VENÂNCIO, 2012).

Conclusões

Os temas relacionados à democracia continuarão a desempenhar um papel dominante no cenário contemporâneo, uma vez que as ações humanas são a base das políticas produzidas. Portanto, é possível observar que a literatura acadêmica sobre o assunto permanece contínua e dinâmica, à medida que novos elementos são introduzidos, como demonstrado nas diversas abordagens apresentadas neste artigo. Além disso, este estudo mostrou que a democracia nos PALOP’s teve seu início no pós-Guerra Fria e representou um esforço para alinhar a realidade desses países com o contexto global em que a sociedade se encontra. No entanto, apesar de cerca de trinta anos desde o início das primeiras aberturas democráticas nos PALOP’s, ainda existe um progresso limitado na consolidação das liberdades em alguns países. Isso pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo o contexto político e os métodos de eleição menos credíveis.

No entanto, é importante destacar o desenvolvimento positivo da democracia em Cabo Verde, que se destaca em relação aos demais países da organização. É um exemplo notável para os PALOP's e para a África como um todo. Durante este estudo, observamos pontos de convergência e divergência entre os cinco países de língua oficial portuguesa. Cabo Verde se destaca como o mais estável, seguido por Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, enquanto a Guiné-Bissau aparece como o mais fragilizado dessa organização. É importante ressaltar que este artigo não esgota a discussão sobre o tema, pois a entrada de novos autores na pesquisa e as constantes alterações nas constituições dos países abordados podem influenciar a configuração das escolhas dos representantes políticos pelos cidadãos nesses países.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Paula; RAVELOSON, JEAN-AIMÉ A. **O que é a Democracia?** Luanda: Real, 2011.

SPECK, Bruno Wilhelm; GONÇALVES, ANILSA Sofia Correia. O bipartidarismo em Cabo Verde: a dinâmica do surgimento dos terceiros partidos e a magnitude dos distritos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 29, vol. 02, p. 45-88, 2019.

ARAÚJO, Raúl Carlos Vasques. **Os Sistemas de Governo de Transição Democrática nos PALOP.** Luanda: UAN, 2010.

BESSA, Sergio Jorge. **O Sistema Eleitoral Angolano: A Consolidação Democrática Através da Garantia de Eleições Livres.** Dissertação (Mestrado em Direito). Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2014.

FERNANDES, Tiago. **Variedades de Democracia na Europa do Sul: Uma Comparação entre Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal (1968 – 2016).** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

DJU, Ricardo. **A escolha de representantes políticos nos PALOP.** Bissau: Vamp, 2017.

MATSIMBE, Zefanias A. **Estudos Eleitorais em África: Desafios Teóricos, Metodológicos e Conceptuais.** IESE, 2018, p. 121-134.

MEZZARROBA, Orides; MOREIRA, ALINE Boschi. **Instituto da representação política e seu significado na democracia indireta.** Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Jurídica, 2013.

NGOLA, Soares Borja. **Estados Africanos e seus Percursos a Democracia ao Longo dos Tempos.** Luanda: Vila Lince Ed., 2019.

NOBREGA, Álvaro. **A Democracia em África. Anuário de Relações Internacionais.** Lisboa, 2010.

QUEIROZ, Thais de Oliveira. **Trajetórias Democráticas e Estratégias de Liberalização Política: a Evolução da Democracia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa no Pós-Guerra Fria.** Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

SACRAMENTO, Gerson Silva. **O Sistema Eleitoral Cabo-Verdiano**. Praia: Universidade de Mindelo, 2014.

STIFTUNG, Friedrich Ebert. **Sistemas e Processos Eleitorais – Funções, Implicações e Experiências**. Coletânea de Textos da Conferência sobre Sistemas Eleitorais decorrida em Luanda, de 13 a 15 de novembro de 2001. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2011.

VENÂNCIO, José Carlos. Historicismo, ciência e poder de classificação. Reflexões em torno da problemática da democracia em África e em Angola. **Revista Angolana de Sociologia**, vol. 10, p. 35 – 48, 2012.

XAVIER-ZECA, Kátia Sara Henriques. Democracia Representativa em África: Desafios das Instituições Democráticas em Moçambique no Século XXI (2002-2015). **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 25, vol. 02, p. 181-208, 2018.

DOCUMENTOS

CONCEPÇÃO de Sistema Eleitoral. Uma Visão Geral do Novo Guia do Internacional IDEA, 2005.

CONSTITUIÇÃO da República de Angola. Luanda: Imprensa Nacional, 2010.

Recebido em: 12/04/2023

Aprovado em: 30/10/2023